

servia aos interesses gerais do País, contrariava a dos exportadores de café e dos grupos mais ou menos ligados às nascentes indústrias fabris, ainda não satisfeitas com a sensível proteção alfandegária».

Adiante observa José Maria Belo:

«Não o seduzia a política unilateral de Campos Sales; não o tentava o fomento às indústrias pela exclusiva proteção alfandegária; era adverso à quebra do padrão monetário. Alcindo Guanabara, jornalista estreitamente ligado ao grupo de Pinheiro Machado, conselheiro de Bernardino de Campos uma entrevista, que valia como um programa de governo. O político paulista não ocultava a sua repulsa às tentativas protecionistas, de que o Convênio de Taubaté representaria pouco depois o mais audacioso passo».

Depois recorda:

«Em março de 1906, assinava-se o Convênio de Taubaté, e um dos governadores que o firmava, Nilo Peçanha, era o candidato oficial à vice-presidência da República...».

Ainda sobre esse convênio escreve:

«O Convênio de Taubaté evitará as piores consequências da crise de superprodução do café; a exportação, orçada por 12 milhões de sacas, com valor superior a 600 mil contos de reis, representava mais de 65% das vendas para o exterior».

A propósito da imigração cafeeira diz:

«A lavoura do Café, deixando as terras cansadas das proximidades da capital paulista, como anteriormente largara as do vale do Paraíba, invadia o oeste em direção ao rio Paraná pelos vales dos rios Tiete e Ipanema, fomentando por toda a parte riquezas novas, conquistando matas virgens, fazendo recuar os índios e improvisando cidades, que reproduziam o tipo do Far West norte-americano, e dariam a vaga impressão de que iniciávamos a nossa Gilded Age...».

Ainda sobre a defesa do nosso principal produto:

«O empréstimo de 15 milhões de esterlinos, feito em 1908 para a defesa do café, evitava o crack de superprodução que tinha determinado o convênio de Taubaté. A superveniência de sucessivas safras pequenas conseguira o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, e permitia também feliz liquidação da operação de crédito. As exportações orçavam, em média, por 13 milhões de sacas, com o valor médio superior de 400 mil contos, no câmbio da época».



A TIRAGEM CERTA DE AMOSTRAS DE SOLOS

A interpretação moderna de análises de solos substitui mais e mais em todo o mundo, e nos últimos tempos também em grande escala nos Estados Unidos, os ensaios de campo, trabalhosos e custosos, que nunca podem indicar de maneira alguma a adubação realmente racional, que alcança a colheita descejada com o mínimo dos custos, mas, ao contrário, causam sempre despesas consideráveis e inúteis ao lavrador para componentes desnecessários de adubação. A condição fundamental de êxito do moderno processo é a tiragem acertada das amostras dos solos a analisar.

São consideradas hoje, internacionalmente, amostras adequadas, também pelas estações brasileiras de pesquisa, as chamadas amostras médias. O processo da sua tiragem, usual nos Estados Unidos, é o empregado nestes últimos cinco anos pela Sociedade Rural Brasileira: um tanto diferente se se trata da caracterização de terras virgens ou de cálculo de adubação racional para obtenção das colheitas descejadas das diferentes culturas.

No primeiro caso, de avaliação geral de uma terra, tiram-se as amostras nos espigões, vertentes e baixadas do terreno com um trado comum, semelhante ao usado para furar madeira, com espiral de, mais ou menos, uma polegada de diâmetro. Em cada região, tira-se um número de amostras pequenas parciais, dependendo da extensão e uniformidade da região, até à profundidade de 40 centímetros. Estas amostras devem ser conscientemente misturadas, separadamente para as alturas (espigões), vertentes e baixadas. Trezentas e quinhentas gramas da mistura formam a amostra final a analisar.

Para o cálculo da adubação racional, o processo é um tanto diferente. Para as suas diversas culturas, cada fazenda é, geralmente, seccionada em lotes, mais ou menos grandes, que devem ser adubados uniformemente. Neste caso, a unidade a caracterizar pela amostragem, não é mais a altura, a vertente e a baixada, mas o próprio lote. Se este não for grande demais, tira-se da maneira indicada uma amostra parcial dos quatro cantos e do meio do lote, isto é, cinco amostras parciais do total do lote, e cuja mistura constitui a amostra média.

Conforme a experiência da Sociedade Rural Brasileira em muitos milhares de casos práticos, o tamanho ideal do lote para assegurar uma consulta acertada de adubação racional são dez hectares ou pouco mais de quatro alqueires.

O limite máximo prático do tamanho do lote é de 20 hectares ou 8 a 10 alqueires. Se o lote for maior, é urgentemente aconselhável tirar mais do que uma amostra média por lote e, nesse caso, as amostras parciais devem ser colhidas nas alturas (espigões), nas vertentes e baixadas do lote, cujos solos são, por causa da erosão e sedimentação, sempre muito diferentes na sua composição de elementos nutritivos da planta, os quais são a única base de cada cálculo fundamentado.

No caso de ser descejado um cálculo da profundidade e distância de drenos, por exemplo numa baixada, tira-se em um ponto característico uma amostra do subsolo, entre 40 a 150 centímetros de profundidade, cuja análise permite hoje, com os recentes progressos da ciência, fazer este cálculo com exatidão.

As amostras devem ser entregues à Sociedade Rural Brasileira, destinadas ao Dr. Paulo Vageler, com todas as indicações necessárias do local de sua coleta, isto é, terrenos de vegetação natural, ou em culturas, espigões, vertentes e baixadas, assim como as finalidades da consulta: aumento de colheitas, etc. E devem ser ainda acompanhadas de um cheque em nome do referido técnico, da importância de Cr\$ 1.000,00 por amostra, adiantamento necessário consideradas as grandes despesas, especialmente para o cálculo decisivo, que exige muito mais trabalho do que a própria análise do teor do solo em substâncias nutritivas dos vegetais, a qual, sem a avaliação ou interpretação pelos métodos modernos, constitui uma indicação deficiente a respeito da adubação racional.

E mais adiante:

O êxito da primeira intervenção no mercado cafeeiro, com o convênio de Taubaté, teria de servir para a afirmação da nova política de defesa daquele produto. Em 1915 e 1914, eram contrários novos empréstimos de 7.500 mil a 4.200 mil libras para o mesmo fim».

Escreve sobre a influência do café no período Epitácio Pessoa:

«O presidente Epitácio Pessoa não pode resistir por muito tempo à forte pressão dos interesses do café — que eram, afinal, os interesses de toda a economia nacional — e cujo preço tendia sempre a cair, coincidindo a queda com a depressão do câmbio, para criar, assim, uma situação de pânico. O Governo federal resolve, então, intervir em sua defesa, realizando um emprés-

timo de 9 milhões de esterlinos, com o qual adquiria parte dos estoques, retendo-os nos portos nacionais de embarque. A operação deu resultados lucrativos, evitando o aviltamento do produto. Posteriormente, para completá-la, o Tesouro descontava no Banco do Brasil uma promissória de £ 4 milhões».

Relativamente aos reflexos do Crack de Nova York sobre a revolução de 30 escreve:

«Entre os fatores eventuais, no campo dos negócios, da revolução de 1930, acentuamos, em outro capítulo, a situação criada pelo crack da Bolsa de Nova York no outono de 1929, que duramente afetou a nossa economia cafeeira, e que provocaria a violenta deposição de quase todos os governos da América Latina».